

A LÍNGUA, O CORPO E A VOZ DE LULA EM DISCURSOS DA IMPRENSA BRASILEIRA *

Carlos Piovezani

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Resumo: *A partir da Análise de discurso, nosso objetivo consiste em buscar responder às seguintes questões: o que se diz na mídia brasileira sobre as falas públicas de Lula como candidato, presidente e ex-presidente? De que modo se formulam esses enunciados midiáticos? Quais são suas relações com dizeres antigos e modernos que depreciam a fala popular? Há variações ou não no tratamento dispensado pela mídia à fala pública de Lula, na medida em que seus veículos são conservadores ou progressistas? Quais são as relações entre a depreciação da fala pública popular e os estigmas atribuídos à escuta popular da fala pública? Para fazê-lo, analisamos uma série de enunciados extraídos de um corpus constituído por textos dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo e das revistas Veja, Época e Carta Capital, publicados desde 1989 até nossos dias.*

Abstract: *On the basis of Discourse Analysis, our goal consists in the attempt to answer the following questions: what is said in the Brazilian media in regard to Lula's public speeches as candidate, president and former president? How are these media enunciations stated? What relations do they establish with old and modern statements that belittle popular speech? Are there variations in the approach to Lula's public speech as the media vehicles present conservative or progressive tendencies? What are the relations between the depreciation of popular public speech and the stigma conferred to the popular listening of public speeches? In order to do so, we analyze a series of statements extracted from a corpus composed of texts from the newspapers Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo and from the magazines Veja and Carta Capital, published between 1989 and the present days.*

Para que o protesto das oficinas tenha voz, para que a emancipação operária tenha uma face a mostrar, para que os proletários existam como sujeitos de um discurso coletivo que dê sentido à multiplicidade de seus agrupamentos

e de suas lutas, é preciso que essas pessoas já se tenham transformado em *outras*, na dupla e irremediável exclusão de viver *como* operários e falar *como* burgueses.

Jacques Rancière, *A noite dos proletários*, 1988, p. 11

Introdução

Dor ainda maior do que a da já terrível “dupla e irremediável exclusão”, de que fala Rancière nesta passagem em epígrafe, sem dúvida, é aquela sentida pelos que, lançados e mantidos à mercê da exploração econômica, da marginalidade política, da indignidade social e da indignância subjetiva, continuarão a falar a linguagem da gente pobre e humilhada. Em nossa sociedade absolutamente injusta e desigual, mesmo os raros sujeitos que conseguem melhores condições materiais de vida, mas não alcançam a proeza de apagar completamente as marcas de sua origem de classe, são ainda desdenhados e atacados por meio dos pretextos de que se vale boa parte das elites na busca por perpetuar sua dominação. Na reprodução das relações de força, as discriminações culturais, simbólicas e linguísticas que as classes dominantes infligem aos que elas mesmas jogam e conservam na miséria cumprem uma função decisiva. A manutenção, a força e o alcance ideológico dessas discriminações se servem de esquemas e mecanismos criados e alimentados consciente e inconscientemente por aqueles que propõem distinções que os tornam ainda mais distintos. Para tanto, seus discursos se assentam em processos, simulacros e efeitos que, bem consolidados no pensamento ocidental, reforçam os gestos que rebaixam rebaixados e elegem eleitos.

Nas oposições entre natureza/cultura, corpo/alma e barbárie/civilização, mas também entre oralidade/escrita, voz/fala, erro gramatical/correção linguística, podemos observar o estabelecimento de uma hierarquia entre os componentes de cada um desses pares e de uma identidade entre a disforia e a euforia frequente e respectivamente atribuídas às noções localizadas à esquerda e à direita dessas duplas. Essas oposições certamente contribuem para a organização cognitiva do mundo, mas concorrem igualmente para reproduzir relações de dominação. Em De Certeau (2002, p.211-242), apreendemos o funcionamento de um mecanismo que pode ser assim desdobrado: as descrições e os julgamentos “burgueses” sobre os desempenhos **orais** “proletários” são frequentemente **escritos** e reiteram o esquema

profundamente ancorado em práticas e no imaginário cotidiano: “metrópole civilizada” *versus* “colônia selvagem” etc. Assim, as distinções entre as modalidades linguísticas da oralidade e da escrita e as oposições voz (animal) e linguagem (humana) cumprem um importante papel nessas separações e hierarquias, incidem sobre elas e ainda recebem seus influxos. Sem maiores dificuldades, é possível conceber a extensão desse funcionamento a outras separações e economias nas relações de força e dominação entre elites e classes populares, homens e mulheres, brancos e negros/indígenas, normais e loucos, heterossexuais e homossexuais, adultos e crianças etc. Além de vantagens econômicas, políticas e sociais, os primeiros integrantes de cada um desses pares usufruem frequentemente o privilégio da “razão gráfica”, mediante a qual julgam e classificam as vidas e as vozes dos últimos.

No Brasil de nossos tempos, a mídia de grande circulação funda-se ainda nessas oposições e consolida esse mecanismo, quando se trata de descrever e avaliar as performances de linguagem dos sujeitos pertencentes às classes populares ou que delas sejam oriundos. Com efeito, podemos identificar em jornais e revistas brasileiras discursos que tematizam de modo central ou secundário os diversos usos da língua, do corpo e da voz como marcas das diferentes classes e grupos sociais. Provenientes de tais discursos, encontram-se particularmente descrições, comentários e avaliações sobre as variedades linguísticas, sobre formas e posturas corporais e sobre características fonéticas e prosódicas do que se concebe como a fala popular. Com base nessa constatação, pretendemos apresentar aqui resultados de uma análise de discursos da mídia sobre a fala pública do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, considerando o fato de que não raras vezes se estabelecem relações de identidade ou de proximidade entre seus empregos do verbo, do corpo e da voz e aqueles dos sujeitos que pertencem às classes populares.

Em outros termos, neste artigo, nós nos propomos a responder às seguintes questões: o que se diz na mídia brasileira dos usos linguísticos, corporais e vocais de Lula em suas práticas de fala pública? Como se formulam esses enunciados midiáticos? De que domínios eles provêm? Quais são suas relações com dizeres antigos e modernos que depreciam a fala popular? Há variações ou não no tratamento dispensado pela mídia à fala pública de Lula, na medida em que seus

veículos são conservadores ou progressistas? Quais são as relações entre a depreciação da fala pública popular e os estigmas atribuídos à escuta popular da fala pública? Para que pudéssemos formular respostas mais ou menos diretas ou indiretas a essas questões, fundamentamos teórica e metodologicamente nosso estudo na Análise de discurso, derivada de Michel Pêcheux e seu grupo. Com base nessa fundamentação, analisamos uma série de enunciados extraídos de um *corpus* constituído por textos dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* e das revistas *Veja*, *Época* e *Carta Capital*, publicados desde 1989 até nossos dias.

1. Instantâneos da longa história de discriminações da fala popular

Isto não deveria nos surpreender: “A voz do povo, sempre rebaixada ao que seria sua condição desfavorecida e agredida por supostamente possuir sotaques provinciais e proferir fulminações grosseiras, é maltratada pelo trabalho, desqualificada e considerada como signo do perigo.” (FARGE, 2009, p. 199). Ela não o é necessariamente e sempre de modo idêntico. Há, antes, uma espécie de gradiente, que mostra tanto as transformações históricas pelas quais passam as considerações acerca da voz popular quanto uma tenaz continuidade das perseguições e depreciações que ela sofre e continua a sofrer: “As elites a temem e leem em seu ritmo, em suas entonações e em suas escansões a revelação imediata dos problemas cotidianos”, ao passo que “os menos bem-intencionados a fustigam, ao qualificá-la de inepta e de animalesca”. Finalmente, a partir da Revolução francesa, “alguns governantes creem que é preciso corrigi-la e policiá-la”. Em todo caso e a despeito dessas transformações, “a linguagem do povo parece ferir permanentemente os ouvidos dos letrados” (FARGE, 2009, p. 202).

Na França, antes e depois do século XVIII, mas também em outros tempos e lugares, os estigmas da deformidade e da violência foram constantemente atribuídos à fala do povo, enquanto outras e igualmente infames marcas, tais como a suscetibilidade, a ingenuidade e a ferocidade, foram imputadas à escuta das massas populares. A força e o alcance dessas atribuições são tão amplos e consistentes que elas ultrapassam as fronteiras cronológicas e espaciais, ainda que sem dúvida sofram consideráveis modificações na longa duração, desde a Antiguidade até a época contemporânea, e no longo percurso de um continente a outro. Além disso, a construção discursiva dos vícios de

fala, comportamento e caráter dos sujeitos de uma comunidade, de uma classe ou de um grupo social compreende imputação direta e/ou indireta de virtudes a outros que lhes são exteriores e/ou estranhos. Nesse caso, sem dúvida, a recíproca é verdadeira. Eis abaixo somente alguns excertos de um amplo conjunto de dizeres que diretamente e/ou indiretamente discriminam a fala pública popular e a escuta popular da fala pública:

São principalmente as pessoas do campo que apreciam as máximas. Uma máxima deve ser proferida com grande carga patética. Elas auxiliam bastante nos discursos, graças ao déficit de cultura da massa de ouvintes. Eles se alegram com um orador que enuncia uma fórmula geral que vai ao encontro do que acreditam ser válido para seus casos particulares. (...)

Os oradores sem instrução persuadem melhor as massas do que os instruídos. Assim, as pessoas incultas são mais versadas na arte de falar diante das multidões. Porque os cultos enunciam proposições gerais, ao passo que os incultos se abastecem do que sabem e enunciam proposições que são próprias do universo particular de seu auditório. (ARISTÓTELES, 2002, Livro II, cap. 21-22, 1395b, p.110-11; e Livro III, chap. 1, 1403b, p.39)

Acrescento ainda que em tudo o que concerne a ação oratória reside uma força natural. Essa força da natureza presente na ação oratória age eficazmente sobre os ignorantes, sobre as multidões populares e mesmo sobre os bárbaros. Para que as palavras possam produzir seus efeitos, é preciso que o ouvinte conheça a língua daquele que fala; e frequentemente a fineza dos pensamentos se perde diante daqueles aos quais falta a fineza. (CÍCERO, 2002, Livro III, cap. 59, 223, p.94)

As regras para a pronúncia são as mesmas que aquelas para o próprio estilo. Este último deve ser correto, límpido, elegante e bem adaptado; do mesmo modo, a ação oratória será correta, ou seja, sem defeitos, se a emissão da voz for fácil, nítida, agradável, bem romana, isto é, sem sotaque campesino nem estrangeiro. Com efeito, não é sem motivo que dizemos que alguém ‘fala como um bárbaro’ (...) porque os homens se reconhecem por suas

diferentes maneiras de pronúncias, assim como reconhecem o bronze por seu timbre. (QUINTILIANO, 2003, Livro XI, cap. 3, 30, p. 230)

Vemos aí um fluxo depreciativo de mão dupla: transferências dos defeitos dos oradores incultos aos vícios das massas populares e identificações entre estes últimos e os primeiros. Mas, em que medida essas passagens de clássicos da retórica antiga podem nos conduzir às representações midiáticas sobre o desempenho oratório de Lula? Segundo David (1980), em seu exame particularmente dedicado às obras de Cícero, a expressão *eloquentia popularis*, assim como outras igualmente encontradas nas mesmas obras, tais como *oratio popularis*, *exercitatione et consuetudine dicendi populari et forensi*, *popularis dictio*, *populare dicendi genus*, *locuti populariter*, remete à seguinte concepção partilhada pelos antigos: “aqueles que se dirigem ao povo possuem a tendência a empregar um estilo particular”. De fato, ainda com base em David (1980), observamos que nos textos de Cícero delineiam-se dois eixos distintos de qualidades oratórias: “o dos qualificativos *suavis-lepidus-urbanus-elegans*, e o dos qualificativos *acer-vehemens-acerbus-asper*”. Após estabelecer esses dois polos, David acrescenta que “os oradores da veemência são, antes, os *populares* ou aqueles que desempenham a função de acusadores”, e que, para tanto, se valem de excessos patéticos para angariar o apoio popular. Em contrapartida, “os oradores da elegância tendem a ser os adversários dos *populares*” (DAVID, 1980, p.171-177). Veremos ainda que a fala popular é identificada tanto com a agressividade da língua, do corpo e da voz dos oradores quanto com o efeito desagradável que ela produz nos ouvintes das elites:

A *eloquentia popularis* é definida como uma força, uma veemência e uma ira oratória, que, ao proferir enunciados simples no discurso, mobiliza na gestualidade do orador o que era considerado cólera ou ódio. Esse tipo de eloquência designa as impressões físicas desagradáveis que esses discursos provocariam, na medida em que sua elocução poderia chegar aos gritos, em sua máxima potência sonora. Assim, esses discursos indicariam a agressividade daqueles que os proferem, mas também evocariam a irritação e o transtorno experimentados por

aqueles que os ouvem e criticam. Nesta última direção, há, portanto, todo um campo semântico que se estabelece principalmente em termos de percepção: trata-se de um vocabulário de ouvintes e de testemunhas. Mas, ele compreende ainda qualificativos do comportamento oratório *popularis* como *turbulentus* e, sobretudo, como *furor* e *audacia*. (...) Em resumo, os critérios para a definição desse estilo destacam como sua característica a violência da expressão e da gestualidade oratória. (DAVID, 1980, p.182)

A principal censura feita aos oradores da *eloquentia popularis* para deslegitimá-los era a falta de *urbanitas*. Essa noção é bastante difícil de ser apreendida, porque está carregada de diversos valores semânticos. Ela significava, em todo caso, o que era próprio de Roma: *urbani* designava as pessoas da Cidade. Mas, ela significava igualmente a língua e o gosto de Roma. Ora, nesses dois campos, os infelizes italianos não romanos encontravam-se muito desprovidos. Seu primeiro defeito era o de mal pronunciar o latim.

Havia na Cidade uma pronúncia especificamente romana, feita de nuances insensíveis e inacessíveis aos que não haviam vivido em Roma desde sua infância. Era o sotaque que definia o latim legítimo. Ora, ninguém que não fosse romano poderia, mesmo que residisse durante muito tempo em Roma, assimilar todos os seus idiomatismos nem tampouco todas as suas entonações. Cometer um desses erros linguísticos ou prosódicos era então se deixar identificar como estrangeiro. Essa nuance ou, antes, esse distanciamento, porque ele era ao mesmo tempo insuportável e insuperável, tornava-se decisivo nos obstáculos à promoção e à integração dos italianos: o som de suas vozes então operava essa distinção. (DAVID, 1985, p.70)

Estaríamos equivocados, se pensássemos que os estigmas da violência e da deformidade atribuídos à língua, ao corpo e à voz da fala pública popular em Roma, no século I a.C. não seriam suficientemente potentes para atravessar as fronteiras do espaço e do tempo e para, assim, chegar ao Brasil contemporâneo, depois de percorrer um longo trajeto, durante o qual passou por diversas modificações, tal como

aquelas mencionadas por Arlette Farge, conforme vimos logo acima. De modo análogo, podemos depreender essas modificações, mas também a persistência dos preconceitos contra a expressão popular, na abordagem, menos histórica do que psicanalítica, proposta por Poizat (2001). O autor nos mostra que a voz do povo foi constantemente submetida às vozes dos poderosos: “Durante muito tempo, a *vox populi* somente foi investida de algum valor por sua relação com *vox Dei*. Sem essa caução divina, ela foi assimilada à vociferação da ralé e estigmatizada como expressão de todas as violências e excessos. Em seguida, a voz do rei ou do imperador, como uma espécie de receptáculo, ao mesmo tempo, da *vox Dei* e da *vox populi*, sustentava seu poder absoluto como a encarnação de ambas” (POIZAT, 2001, p.301). Mais tarde, com as perturbações da Revolução francesa, a voz do povo teria sido idealizada, de modo a se tornar “a própria expressão da voz de Deus, que a elevou à dignidade de uma espécie de voz do povo-Deus”, antes de ser reduzida “à condição de voto depositado numa urna a cada eleição ou de silêncio, que interdita ou, ao menos, sublimam o desencadeamento do que é a viva voz do povo”. (POIZAT, 2001, p. 302) O caráter mais ou menos difuso dessa abordagem de Poizat e sua idealização do que seria a “verdadeira” voz do povo não impedem a constatação de que a fala pública popular foi, e continua a sê-lo, ainda que em diferentes graus e por distintos meios, objeto de uma escuta elitizada e impregnada de incômodos, desdêns e condenações. Assim, processa-se um regime de escuta que, ao dispensar maior atenção ao “como”, aos meios e modos “desagradáveis” da fala, abre amplo espaço para a deslegitimação do que é dito pelo povo, ou seja, dos “conteúdos” das queixas, das reivindicações e das denúncias justas e legítimas¹.

Nesse cenário, os benefícios da liberdade de expressão não se estendem indistintamente a todos os falantes de uma comunidade linguística, uma vez que os preconceitos e discriminações contra os meios populares de expressão estão presentes nos contextos frequentemente concebidos como os mais favoráveis ao diálogo e à comunicação racional no espaço público: a democracia na Grécia clássica, a república em Roma, as Luzes na Europa etc. Em outros termos, nas experiências históricas de recrudescimento da liberdade de expressão, ainda que elas sejam mais ou menos idealizadas, o desprezo pela fala e pela escuta do povo e as difamações que elas sofrem são,

guardadas as devidas proporções e diferenças, uma continuidade de censura por outros meios. Tal como vimos rapidamente aqui e como o demonstramos em outros lugares (Cf. PIOVEZANI, 2016, p.82-92), mesmo o campo da retórica, qualificada por Nietzsche (1999, p.27) como “uma arte essencialmente republicana”, está eivado de condenações à voz e à escuta do povo. Poderíamos dizer que, novamente *mutatis mutandis*, foi isso que vimos ocorrer no Brasil em recentes capítulos de sua história, mais precisamente no período imediatamente seguinte ao final de ditadura civil-militar, que se estendeu de 1964 a 1985. Conforme sabemos, cinco anos depois do início do governo civil, cujo presidente da República foi eleito por voto indireto do congresso nacional, aconteceriam as eleições diretas em 1989.

Naquela ocasião, Luiz Inácio Lula da Silva, que havia sido operário, líder sindical e deputado na assembleia nacional, apresentou-se como candidato, assim como o faria novamente em 1994 e em 1998, eleições nas quais foi derrotado, e em 2002 e 2006, das quais saiu vitorioso. O período que se inicia em 1985 é frequentemente chamado de “abertura democrática”, o que acarretava a ideia de que desde então não havia mais os limites e censuras explícitas à liberdade de expressão. Isso não significava, porém, que o espaço público estivesse pronto a acolher sem restrições e discriminações a própria voz do povo ou a fala daquele que então se apresentava como seu porta-voz². Foi, antes, o inverso que se produziu: a visibilidade e a importância de alcance nacional adquiridas por alguém oriundo de uma classe socioeconômica miserável e que não dispunha das credenciais e do nível de educação formal requeridos para o postulante a um tal cargo, acrescentadas à possibilidade crescente de seu sucesso eleitoral, radicalizaram os discursos e as atitudes discriminatórias.

Além disso, a naturalização dessas discriminações ganhou uma potência e uma abrangência inéditas, na medida em que eram produzidas ou transmitidas por veículos da grande mídia brasileira. Com efeito, não é por geração espontânea que surgem os preconceitos e intolerâncias nem tampouco por propriedades intrínsecas dos sujeitos que são suas vítimas. Aprendemos com Pêcheux (1990; 1997, entre outros) que as constantes lutas de classes e as demais relações de força que se processam no interior de uma sociedade materializam-se em ideologias, que, por sua vez, materializam-se em práticas, entre as quais

as práticas discursivas desempenham um papel privilegiado nessa materialização ideológica. A história das lutas sociais não apenas estará refletida nos textos que produzimos, mas também, e sobretudo, os constituirá no próprio âmago de suas formulações, nas quais se materializam os discursos. É a esse fenômeno que Orlandi (1998, p.54) chamou de “historicidade do texto”. A série de enunciados – que se trata aqui somente de uma amostra – que reproduzimos logo abaixo demonstra que as performances oratórias de Lula, um orador proveniente das classes populares e da atuação sindical, sempre sofreram julgamentos depreciativos e deslegitimantes. Os discursos e as ações que descreditam a fala pública marcada pelos traços populares, tanto quanto a escuta popular dessa e de outras falas públicas, atravessam a longa duração histórica e as fronteiras do espaço, dos campos institucionais e dos campos de saber e são ainda onipresentes no Brasil contemporâneo. Tais discursos veem em Lula, antes, durante e depois de seus mandatos como presidentes da República, um alvo privilegiado.

2. A língua, o corpo e a voz de Lula na mídia

2.1 A língua, o corpo e a voz do candidato

A propaganda de Lula, à noite, procurou conter um pouco a agressividade. O programa voltou a atacar Collor, mas deu também espaço para um discurso em que Lula tentou se aproximar da classe média. O objetivo é escapar da retórica de porta de fábrica e acalmar os eleitores assustados com o radicalismo do primeiro turno. (*Folha de São Paulo*, caderno Diretas, “Lula faz discurso para tranquilizar classe média”, 30 de novembro de 1989, p. 6)

Como aconteceu em outros debates, Lula escorregou no vernáculo. O candidato deixou algumas perguntas sem resposta. Uma delas foi quando um dos entrevistadores quis saber se ele coagiria a oposição caso houvesse uma reação ao seu governo. Em outras perguntas, lançou mão de frases de efeito para fustigar seu adversário. (*Folha*, caderno Diretas, “Lula usa discurso moderado como tática eleitoral”, Emanuel Neri, 15 de dezembro de 1989, p. B2)

É verdade que Lula continua menor que Brizola e tem apenas um terço do eleitorado de Fernando Collor de Melo. A questão concreta da atual fase de campanha, entretanto, é que o candidato do PT com sua barba de camponês, sua barriga de Pancho Villa e seus erros de concordância de quem não completou o curso ginásial tornou-se um concorrente com chances de, ao menos em tese, instalar-se futuramente na residência oficial do chefe da nação, com pompa, com fraque e com o direito constitucional de fazer e acontecer, por mais que sua visão esquerdista possa assustar todos aqueles que terão de tratá-lo como presidente da República. Um espanto. (...) Lula faz uma campanha com o apetite de quem pretende chegar lá (...) e diz, com sua voz grossa e rouca, que pretende fazer um governo que beneficie os pobres e prejudique os ricos. (*Veja*, “Lula entra no jogo”, 18 de outubro de 1989, ano 22, nº 41, edição 1101, p. 45)

Como líder dos metalúrgicos no ABC, Lula passou 10 anos batendo na porta dos mais ilustres gabinetes da indústria paulista para pedir aumento salarial aos empregados. Agora, se levar a melhor sobre seu adversário no segundo turno das eleições, o primeiro colocado Fernando Collor, pode acontecer de os maiores empresários do país serem obrigados a marcar audiência para serem recebidos no 3º andar do Planalto por um operário barbudo, que fala português errado e não tem o dedo mínimo na mão esquerda. Esse candidato, Lula, faz perguntas que o eleitorado de Collor entende e, embora use sua gramática tumultuada e não tenha o invólucro elegante do ex-governador de Alagoas, fala numa língua entendida pelo mesmo público. (*Veja*, “A arrancada de Lula”, 22 de novembro de 1989, ano 22, nº 46, ed. 1106, p. 54 e 66)

Muita gente que assistiu ao debate se divertiu com os tropeços de Lula na gramática. O candidato trocou tempos verbais, mudou o advérbio menos para menas e chegou a criar uma nova expressão – a promessa de gatos e sapatos. Com um vocabulário pequeno, ele se valeu, no debate, de seu raciocínio rápido e do uso de frases curtas e coloquiais, fáceis de entender. (...) Lula fez um discurso

emocionado para a platéia de mais de 10.000 pessoas que se aglomeravam em frente à prefeitura da cidade, usou sua arma mais conhecida – a linguagem popular e agressiva. (Veja, “Debates. Cenas secretas”, 13 de dezembro de 1989, ano 22, nº 49, edição 1109, p. 54 e 59)

Há uma forma de conseguir a atenção do eleitor sem necessariamente ter a experiência de Lillian Wite Fibe ou Silvio Santos. É transmitir carisma e confiabilidade através da entonação certa da voz. (...) Fernando Henrique, com sua fala professoral, poderá cair na armadilha de fazer um programa lento e arrastado. Lula peca por problemas de dicção e timbre de voz, que atrapalham a compreensão do que fala. Orestes Quércia tem a melhor voz e dicção. Seu gestual, porém, lembra a agressividade dos punhos cerrados de Collor. (Veja, “Conversa direta com o eleitor”, 03 de agosto de 1994, ano 27, nº 31, edição nº 1351, p. 35)

A fala de Lula é manifesta e reiteradamente avaliada como agressiva e, quando não o é tanto assim, consistiria numa simulação de não o ser ou se limitaria a uma mera tentativa de “conter *um pouco* a agressividade”. De modo análogo, as propostas endereçadas à classe média são apresentadas como tentativas de sua propaganda eleitoral para se aproximar desse setor da sociedade, ou seja, como uma estratégia de manipulação. Por outro lado, sua “retórica de porta de fábrica” – expressão na qual distinguimos facilmente o julgamento elitista do enunciador que a utiliza –, “o radicalismo” e a condição de “assustados” dos eleitores seriam práticas, fenômenos e estados reais e evidentes. Os sintagmas nominais determinados por artigos definidos (“**a** agressividade”; “**O** objetivo”; “**da** retórica de porta de fábrica”; “**o** radicalismo”; e “**os** eleitores assustados”; neste último, há ainda a evidência do estado anímico dos eleitores, expressa no adjetivo, sob a forma reduzida de uma oração adjetiva restritiva) são pré-construídos que produzem o efeito de evidência de cada um desses elementos. Enfim, há ali ainda outra oposição fundamental que vai acompanhar os comentários midiáticos sobre Lula durante toda sua vida pública: ele seria um ser duplo, um indivíduo bifronte, porque é violento e radical – seja ele movido por astúcia seja motivado por franqueza –, mas se

mostra igualmente calmo e tranquilo, seja no intuito de simular e de dissimular o que realmente é seja para tentar agradar todo mundo. A partir da posição do enunciador da mídia hegemônica, Lula é, portanto, um homem de duas caras, a da violência e a do diálogo, tal como um Janus brasileiro e decaído da pior espécie. Esse enunciador produz assim e ao mesmo tempo o efeito de que nos revela a verdade do que ele próprio denuncia e o de que ele aponta as mentiras, os segredos e as estratégias de Lula.

Sua fala seria agressiva, assim como sua língua, deformada. Quando o foco das avaliações midiáticas recai sobre o que consideram ser os erros e as inconsistências dessa última, esses tais equívocos são descritos como algo que não cessa de se repetir: “Como aconteceu em outros debates, Lula escorregou no vernáculo”. A suposta reincidência das incorreções gramaticais é mencionada com uma ironia, plena de desdém, mediante o emprego de “escorregou”, expressão coloquial, sugestiva e sarcástica. Além disso, seu desempenho é ainda observado a partir do que teria sido outra estratégia retórica: deixar sem resposta algumas questões, o que indicaria seu déficit de conhecimento – reiteradamente se dizia que Lula não estava “preparado” para o cargo de presidente; isto é, se tratava de uma maneira mais ou menos indireta de se referir ao fato de que ele não possuía educação formal suficiente – e responder a outras, valendo-se de “frases de efeito”. Se o emprego dessas frases já depõe contra o orador, utilizá-las “para fustigar seu adversário” é ainda mais grave. Estaríamos aí diante de uma tática oportunista para um fim não menos perverso. Não é tampouco devido ao acaso o fato de que o enunciador afirme que uma das questões deixadas sem resposta tenha sido justamente aquela que indagava “se ele coagiria a oposição caso houvesse uma reação ao seu governo”. Nesse discurso, o silêncio de Lula equivale e se encadeia com sua astúcia, seu radicalismo e sua agressividade e produz o efeito de confirmação de uma conduta já conhecida, mas sem coragem para ser confessada.

Os enunciados sobre o desempenho oratório do então candidato produzidos a partir da posição discursiva da tradicional mídia brasileira tendem a ser ainda mais chocantes e ofensivos, quando o perfil do candidato é traçado pela revista *Veja*, por meio da exposição manifestamente preconceituosa e discriminatória de sua língua, de seu corpo e de sua voz: “o candidato do PT com sua barba de camponês,

sua barriga de Pancho Villa e seus erros de concordância de quem não completou o curso ginásial”; “sua voz grossa e rouca”; “um operário barbudo, que fala português errado e não tem o dedo mínimo na mão esquerda”; “embora use sua gramática tumultuada e não tenha o invólucro elegante”. A crueza e a crueldade das expressões não deixam a menor dúvida da alta conta em que a revista tem todos aqueles que trazem em si as marcas reais ou imaginárias de pertença ou proveniência das classes populares, em geral, e Lula, em particular. O que poderia ser concebido como seus trunfos ou como suas capacidades linguísticas e oratórias – “faz perguntas que o eleitorado de Collor entende”; “fala numa língua entendida pelo mesmo público”; “uso de frases curtas e coloquiais, fáceis de entender”; e “um discurso emocionado” –, assim como sua presença de espírito (“seu raciocínio rápido”) e seu senso de ocasião, o que, aliás, sempre foi uma preocupação maior da retórica, à qual os gregos antigos chamavam de *kairos*, tornam-se fraquezas ou trapaças ou são ainda drasticamente depreciadas relativamente ao enorme conjunto do que os precede e os sucede. Além das expressões ultrajantes mencionadas logo acima, há ainda apenas nesses fragmentos de *Veja* as seguintes: “os tropeços de Lula na gramática”; “sua arma mais conhecida – a linguagem popular e agressiva”; e “um vocabulário pequeno”. Ou seja: “discurso emocionado” é parafraseado por “linguagem popular e agressiva”, tal como ocorre desproporcionalmente com cada elemento que pudesse conter algum valor eufórico em sua performance de linguagem. Ademais, a sombra da acusação do sujeito de duas caras continua a rondar e a marcar o Lula candidato.

Se o retrato do Lula orador praticamente não dispõe de traços e cores positivas, no momento em que ele é representado exclusivamente, sua imagem não é tampouco poupada, quando ele está acompanhado por seus adversários. Assim, a “fala professoral” de Fernando Henrique Cardoso, referido ali por seu prenome – o que, por sua vez, o torna mais próximo, acessível e familiar, de modo a atenuar a distância do “professoral”; mas ainda, assim, o mantém distinto, uma vez que dificilmente os filhos das famílias pobres brasileiras se chamam Fernando Henrique – “poderá cair na armadilha de fazer um programa lento e arrastado”, mas se trata somente de uma possibilidade, de um eventual risco que, de qualquer modo, consiste em algo de menor importância e de modo algum corresponde a um verdadeiro perigo

político. Por seu turno, Orestes Quércia possui “a melhor voz e dicção”, contrabalanceada pela “agressividade dos punhos cerrados de Collor”. Em todo caso, esta sua desvantagem é bastante atenuada, na medida em que não é mais do que uma mera lembrança. Porém, quando se trata de Lula, não há contraponto nem salvação: seus “problemas de dicção e timbre de voz” tornam-se “pecados”, que “atrapalham a compreensão do que fala”.

As alegadas evidências da agressividade das falas de Lula, de sua língua deformada e da condição bifronte do candidato, mas também sua desidentificação com o *habitus* de voz, comportamento e vestuário burgueses são apresentadas em formulações veementes, quando não ofensivas e hostis, a despeito do eventual efeito de humor no enunciado: “Muita gente que assistiu ao debate se divertiu com os tropeços de Lula na gramática. O candidato trocou tempos verbais, mudou o advérbio menos para menos e chegou a criar uma nova expressão – a promessa de gatos e sapatos.” A pressuposta diversão de “muita gente” e os eventuais risos derivados dos “tropeços de Lula na gramática” e da criação de uma expressão rapidamente cedem lugar ao tom grave e amargo que se produz com os enunciados e expressões que os emolduram contextualmente – “O candidato trocou tempos verbais, mudou o advérbio menos para menos”; “um vocabulário pequeno”; “sua arma mais conhecida – a linguagem popular e agressiva” – e com os já-ditos bastante consolidados do interdiscurso sobre as deficiências e deselegâncias dos usos e hábitos linguísticos e comportamentais do povo pobre. Mas nem só de agressividade manifesta vivem os preconceitos e discriminações. Isso porque eles podem adquirir uma outra aparência e contar, desta feita, com a força de certa sutileza, ou seja, com a potência do que é dito de maneira discreta e anódina ou do que é formulado com a leveza do humor, provavelmente mais bem-sucedido em diferentes correntes ideológicas. Assim, o enunciatário pode criar a distância e a distinção social entre si mesmo e seu enunciatário, isto é, seu grupo de distintos, por um lado, e Lula e os sujeitos das classes populares, com suas expressões e costumes equivocados, ridículos ou grosseiros, por outro, sem a gravidade dos ataques explícitos. É exatamente o que se pode observar, entre tantos outros, nos fragmentos que reproduzimos a seguir:

O PT faz uma homenagem à Revolução Francesa e lança o seu sonoro slogan: o ‘Lula lá’. Aliás, o Lulalá tá cada dia mais chique: usa gravata, grita ulalá e sua meta é uma metalúrgica. Só falta aprender piano. (*Folha*, caderno Diretas, José Simão, 17 de setembro de 1989, p. B. 4)

E deu na Internet que o Lulalelê e o Vicentinho estão lançando ‘O Manual de Dicção das Lideranças Sindicais de São Paulo’. ‘Liççção sssessenta e sseiss: nesssssas eleiççções ssiga sssseu coraçççção, quem ssssabe é quem sssente. A sssituaççção esstá péssssima! Assocccie-ssse ao nossso sssindicato!’ (*Folha*, caderno Eleições, José Simão, 01 de outubro de 1998, p. 1)

2.2 A língua, o corpo e a voz do presidente

O falar errado de Lula não constitui um dado isolado e sem consequências. Sua “palavra tosca” arrasta consigo o “pensamento banal”, que, por sua vez, responde pelo “ato irrelevante”. As aberrações linguísticas condicionam a banalidade do pensamento e a irrelevância dos atos de um governo sem forma nem figura de governo. Se tudo se limitasse aos erros gramaticais de Lula, seria fácil absolvê-lo.

Mas o que denunciam aqueles erros não se resume à quebra das regras acadêmicas da linguagem, e sim algo muito mais grave – o simplismo das ideias, inadequado à complexidade dos problemas de governo, e a ineficácia da conduta, limitada a medidas irrelevantes, isto é, paliativas.

Dirão os incautos que Lula, homem do povo, tem o direito, e até a obrigação, de falar errado. (...)

Aqui é que mora a dúvida. Lula fala, mesmo, a língua do povo? Basta falar errado para falar a língua do povo? Sabemos que a língua popular, na sua informalidade, tem sabores insubstituíveis e é vivamente expressiva, quer na versão da fala plebeia da população, quer na versão caipira, ou na versão sertaneja. (...)

Fica evidente que Lula, por mais populista que quisesse ser, nunca poderia adotar, na íntegra, nem a língua caipira, nem a do sertanejo, nem a de Adoniran Barbosa, sem cair no ridículo atroz. Lula não é “doutor”, mas também não é caipira, nem sertanejo, e

há muito tempo deixou de ser o pau-de-arara, emigrado do Nordeste. Seu perfil mais autêntico é o de membro da elite metalúrgica do ABC, camada diferenciada de trabalhadores, da qual saem os grandes líderes sindicais, que se recusam a falar errado (Paulinho, Marinho, Feijó e outros).

Então, o que faz Lula? A fim de parecer homem do povo, ele se limita a maltratar a língua, engolindo os esses, violentando a sintaxe, forçando erros de concordância, como se isso bastasse para “falar gostoso o português do Brasil”. Em suma, Lula forja um arremedo da língua popular, distante tanto dos padrões da linguagem formal, como dos usos legítimos da fala popular (caipira, sertaneja ou periférica). O discurso de Lula degenera num Frankenstein assustador: “A gente tem que ser gentis”, soltou outro dia. (...)

O povo também estropia a língua, mas com inocência. Na fala estropiada de Lula há de tudo, menos inocência. (*Estado de São Paulo*, caderno Espaço Aberto, Gilberto de Mello Kujawski, “O linguajar de Lula”, 17 de fevereiro de 2005, p. A2)

O que inicialmente se ressalta nesse texto que passamos a considerar e que nele funciona como fundamento de sua própria razão de ser consiste na relação que seu enunciador pretende estabelecer entre a crítica da aparência, isto é, o que ele diz sobre a fala de Lula, e o que seria a crítica de algo bem mais sério e grave: os pensamentos e os atos do presidente³. Sabemos que esse tipo de articulação entre o exterior do corpo e de seus signos, que podemos ver, ouvir, tocar e experimentar, de um lado, e o interior dos homens, o que se passaria em seus corações, em suas cabeças e em suas almas, esteve e está constantemente presente em diferentes contextos históricos. É muito provável que ela tenha se configurado como uma constante antropológica no modo de se proceder às interpretações que fazem os seres humanos de seus semelhantes. Pois é justamente a partir de algo tão absolutamente consolidado nas maneiras de sentir e de pensar que esse texto descredita a fala de Lula e, por extensão, sua capacidade de julgamento, suas decisões e medidas, ao produzir o efeito de que pretende discorrer essencialmente sobre seu desempenho oratório. Assim, a crítica pode se tornar ao mesmo tempo mais crível e pertinente, na medida em que não será difícil que os leitores do *Estadão* sejam conduzidos por um processo discursivo que

se assenta em esquemas do tipo: exterior/interior, forma/conteúdo, linguagem/pensamento, atos/palavras etc. Peso e valor suplementares adicionam-se, portanto, à crítica, uma vez que ela trata da fala de Lula, certamente, mas para visar um alvo mais relevante e prejudicial, os programas e as ações do governo do PT.

Frequentemente condenada em Lula, a agressividade, desta vez presente nas próprias formulações do texto de Kujawski, surge sem disfarces ou nuances: a “palavra tosca” é índice de “pensamento banal” e de “ato irrelevante”. O léxico dessa adjetivação não deixa dúvida alguma. Aqui a força do preconceito cumpre uma função decisiva, porque os traços populares da fala de Lula são apresentados, em conformidade com a concepção hegemônica, como erros. Essa suposta evidência, por sua vez, pode produzir o efeito de que os pensamentos e os atos do presidente são do mesmo modo e evidentemente equívocos, com o agravante de que a banalidade e a irrelevância não seriam inócuas, tendo em vista o mau exemplo linguístico e comportamental dado por Lula e as consequências tão ou mais danosas de suas decisões e ações governamentais.

O enunciador sugere ainda que as características populares da fala de Lula seriam uma artimanha e uma marca de seu populismo. Corresponderiam a uma simulação da condição popular, no intuito de um benefício próprio. Não se trata aqui do questionamento de um porta-voz, para denunciar a confiscação da própria voz do povo, nas circunstâncias em que ela estaria sendo representada e, por isso, em boa medida, silenciada, por alguém que não pertence efetivamente às camadas populares; nem se trata tampouco da defesa do direito dos sujeitos das classes exploradas e desfavorecidas de falar por si mesmos e com suas próprias vozes. Além disso, tanto no texto de Kujawski quanto no de Kramer, podemos facilmente identificar em conjunto com a ênfase e a violência de suas formulações uma considerável carga de ironia em seus ataques que vão da performance oratória de Lula ao seu caráter: “populismo desabrido”; “companheirês que desqualifica o idioma”; “agredindo o português, sem deixar quase nenhuma frase incólume”; “as aberrações linguísticas”; “a banalidade do pensamento”; “a irrelevância dos atos de um governo sem forma nem figura de governo”; “ridículo atroz”; “Lula forja um arremedo da língua popular”; “O discurso de Lula degenera num Frankenstein assustador”; e “Na fala estropiada de Lula há de tudo, menos inocência”.

Finalmente, é preciso ressaltar nesse discurso conservador e intolerante uma condescendência igualmente ferina. Postura, de fato, populista, que consiste em reconhecer a “beleza do morto” (Cf. DE CERTEAU *et al.*, 1989), ou seja, uma atitude que corresponde a conceber as ações e manifestações populares como tanto mais belas quanto mais inofensivas. Numa concepção elitista e folclórica, a voz do povo pode ter graça e encanto, desde que seja embalsamada, exótica e inócua, porque devidamente inerte ou exclusivamente animada nos limites do espetáculo que diverte. Na esfera pública, no cenário da política nacional, busca-se impedir que o povo fale, mesmo que sua manifestação não seja mais do que um resto, porque feita por um seu porta-voz que já não mais fazia parte dos plebeus, proletários e dominados, mas que guardava ainda em sua fala as marcas de classe que continuavam a ser objeto privilegiado de perseguição. O enunciador não reconhece nem disfarça o engodo que o envolve e que ele reproduz: “a língua popular (...) tem sabores insubstituíveis e é vivamente expressiva”..., mas só “na sua informalidade”.

2. 3 A língua, o corpo e a voz do ex-presidente

O presidente que cometeu mais gafes na história do Brasil conseguia quase sempre roubar a cena ao abrir a boca. (...) Sua voz rouca, com erros de português, metáforas de futebol e piadas do povão, era o elo com a massa, na versão sindicalista exaltado ou do lulinha paz e amor. O Brasil teve outros oradores inflamados (...) que se expressavam com vigor também na escrita. Lula não. Exerce uma liderança oral. A maioria da população brasileira não domina a palavra escrita. (...) Num país assim, a voz é hipervalorizada como capital simbólico. Lula sempre falou demais. (*Época*, Ruth de Aquino, 30 de março de 2012)

O relativo reconhecimento da capacidade comunicativa de Lula e mesmo de sua eloquência – “conseguia quase sempre roubar a cena ao abrir a boca” – é precedido pelo que se apresenta como um dado real, grave e evidente: “O presidente que cometeu mais gafes na história do Brasil”. Com efeito, trata-se aqui de um julgamento que não tem coragem nem vontade de se assumir como tal e que se dissimula sob a

forma de uma constatação, cujo acolhimento seria feito sem objeções. A popularidade do ex-presidente, devida em larga medida a seu talento oratório, é também ela reconhecida para ser mais bem e imediatamente questionada e deslegitimada. Porque seu “elo com a massa”, aqui compreendidos todos os preconceitos antiquíssimos e sempre presentes que recaem sobre esta última, somente se produz por meio da voz e da fala, ambas supostamente plenas de falhas, erros e mau gosto: “Sua voz rouca, com erros de português, metáforas de futebol e piadas do povão”. Como de costume, a duplicidade de Lula é onipresente; desta feita, inclusive, apontada com ironia aberta e hostil: “na versão sindicalista exaltado ou do lulinha paz e amor”; assim como, apesar de sua relativa discrição, seu estilo veemente, como seria típico dos “oradores inflamados” da *eloquentia popularis*. Em suma, a competência retórica de Lula é subsumida numa série de alegadas impropriedades, que a questionam, desqualificam e a transformam no avesso de qualquer aptidão legítima.

Cabe, além disso, às duas modalidades linguísticas cumprir seus papéis na oposição fundamental, que herdamos de concepções antigas e modernas, registradas nas páginas da filosofia grega clássica e na das Luzes: de um lado, situam-se a escrita, as letras e os letrados, a leitura, o mundo das ideias e a autonomia do espírito e da razão; de outro, estariam a oralidade, a voz e os analfabetos, a fala e a escuta, o mundo sensível, o aprisionamento do corpo e a manipulação pelas emoções. As relações entre a liderança que seria exclusivamente oral e a massa que somente pode contar com sua deficiente escuta não poderiam ser afirmadas de modo mais explícito, preconceituoso e intolerante. Desde os antigos, vimos que já se impunha a ideia de que a voz e fala só poderiam ser bem aceitas, caso viessem em estilo “correto, límpido, elegante e bem adaptado” e em emissão vocal “fácil, nítida, agradável, bem romana, isto é, sem sotaque campesino nem estrangeiro”. Em Aristóteles e em Cícero, conforme notamos aqui mesmo acima, mas também entre pregadores medievais e entre os cronistas modernos dos gritos de Paris, passando ainda pela psicologia social de Gustave Le Bon e pela literatura realista de Émile Zola⁴, podemos observar essa estratégia constante de acordo com a qual se deprecia ao mesmo tempo os oradores populares e a escuta das pessoas do povo, mediante esse dispositivo de transferências recíprocas das deformidades e dos estigmas de uns aos outros, que por seu turno produz a deslegitimação

de ambos. Para fazê-lo, o mecanismo vale-se invariavelmente da remissão das aparências às essências, das expressões aos conteúdos etc. Assim, as “gafes” podem ser admitidas como tais, em função da evidência construída em torno da “voz rouca” e da fala plena de “erros de português, metáforas de futebol e piadas do povão”. Cadinho das gafes, dos erros, da ignorância e do mau gosto, a massa e o povão não poderiam ser mais bem atraídos do que por aquilo que impregna o que seria sua própria essência. Tal como o indicamos, na esfera pública, no cenário da política nacional, qualquer palavra do povo ou de um seu representante que porta em seu corpo e em sua voz as marcas populares torna-se excesso: “Lula sempre falou demais.”

2.4 A língua, o corpo e a voz de Lula na mídia progressista

Não há horizonte de elegância possível para um homem que, ao sentar-se, estufe a barriga e quase arrebente os botões da camisa. Os adversários de Lula não consideram esse, nem seus erros de português, como um *handicap*. Na verdade, temem parecer almofadinhas. (...) Se o seu anti-Lula tem o perfil de Fernando Henrique: você entende que o anti-Lula deve falar, apresentar-se e comportar-se melhor que o candidato do PT. Ele não tem o comportamento-padrão que se espera de um homem de campanha: é excessivamente sincero para comer uma buchada de bode e dizer que gostou, seu discurso é mais inteligente que astuto e ele põe todos os ss e rr no lugar. Essas virtudes pessoais seriam tidas, em campanha, como fraquezas do candidato. As pesquisas vêm demonstrando um fenômeno contrário. Há inclusive quem o julgue lindo. (*Carta Capital*, 1ª edição, “Teste: monte você mesmo O Anti-Lula”, agosto de 1994, p. 31 e 34)

Nós o havíamos dito, os preconceitos sobre a fala pública popular e a escuta popular da fala pública ultrapassam as barreiras do tempo, dos espaços e dos campos de saber. Sua força e seu alcance podem até mesmo extrapolar as diferenças entre as posições ideológicas. Se é verdade que nós não os encontramos com a mesma constância nem com a mesma intensidade, tal como ocorre nos veículos da mídia conservadora, o desprezo por certos traços característicos da fala popular não está, entretanto, completamente ausente dos discursos

progressistas. É exatamente isso que percebemos nessa passagem da revista *Carta Capital*.

De fato, o alvo de seu enunciador é o fenômeno da invenção de um adversário ideal e idealizado para vencer Lula em cada uma das eleições presidenciais que o político do PT se apresentou como candidato. Contudo, e a despeito da consideração e do apoio não dissimulados que a revista dedicou a Lula, há uma inegável presença das deprecições das marcas do corpo e da língua de Lula, justamente daquelas que são frequentemente associadas aos comportamentos e expressões tipicamente concebidos como populares e que são constantemente objeto de discriminação: “Não há horizonte de elegância possível para um homem que, ao sentar-se, estufe a barriga e quase arrebente os botões da camisa”; “seus erros de português”; “o anti-Lula deve falar, apresentar-se e comportar-se melhor que o candidato do PT”. Além disso, o enunciador parece não coadunar e até mesmo recusar o mecanismo exterior/interior, forma/conteúdo etc. – FHC “põe todos os ss e rr no lugar”, mas nem por isso é ali considerado melhor do que Lula; ele é o anti-Lula, que, apesar de “falar, apresentar-se e comportar-se melhor que o candidato do PT”, deve ser denunciado como o candidato não comprometido com as causas populares, as ideias progressistas etc. Isso não significa, porém, que não se continue a considerar os usos e hábitos de Lula como incorreções linguísticas e como comportamentos deselegantes. Enfim, os efeitos de leveza e humor, a atenuação do preconceito e o distanciamento do enunciador em relação ao que é dito, produzidos tanto pelas escolhas lexicais quanto pela enunciação delocutiva, não impedem a perpetuação e a difusão das deprecições das aparências, costumes e modos populares de expressão. Em alguma medida, talvez ocorra até mesmo o inverso, na medida em que esses efeitos recrudescem a repetição dos preconceitos, sem um sentimento de culpa. Aqui não parece não haver ciência da discriminação nem dolo nem remorso, porque o menosprezo pelas marcas do povo se encontra desembaraçado do agravamento de outrora, dos interesses escusos e da hostilidade dos adversários ideológicos.

Considerações finais

Não nos resta dúvida alguma: à fala pública de Lula foram constantemente atribuídas a inaptidão linguística, e não raras vezes até mesmo uma ausência absoluta de qualquer habilidade com a língua, como se sua fala não fosse mais do que uma soma de erros (“agredindo o português, sem deixar quase nenhuma frase incólume”; “as aberrações linguísticas” etc.), e se limitasse à rudeza de seus modos de expressão. As descrições, os julgamentos e as classificações de seu desempenho oratório depreciavam, portanto, sua língua, mas nem por isso poupam seu corpo e sua voz, invariavelmente objetos de qualificações que vão do desdém aos ataques manifestos e aviltantes. Além disso, reiteradamente se afirma que sua linguagem é agressiva e, quando Lula passa muito ao largo de alguma ênfase ou de qualquer indício assertivo, optando por tons amenos e pela abertura ao diálogo, a acusação de sua condição bifronte está sempre presente. A partir de uma posição ideológica conservadora, os enunciadores da mídia tradicional rotulam de “radical” o porta-voz que denuncia a miséria e reivindica melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras e populares e de “duas caras” aquele que busca negociar e arrefecer as resistências às suas propostas. Provavelmente tão cego ao seu preconceito quanto convicto da realidade do que ouve e vê, o sujeito desse discurso crê descrever um fenômeno, quando emite suas opiniões e formula suas avaliações: “Lula usa discurso moderado como tática eleitoral”

Salvo por esse que é apresentado como um dos principais estratégias retóricas de Lula, a saber, suas tentativas de agradar a todos – os operários e os empresários, os ricos, os pobres, mas também a classe média... –, as demais propriedades e características imputadas a suas performances oratórias tendem a conduzir para a mesma direção: o rebaixamento de uma fala humana à condição de um ruído da natureza, a diminuição do *logos* à *phoné*, numa palavra, a redução da *vox*, da linguagem dirigida e devotada ao outro semelhante da espécie humana, ao *rumor*, a uma confusão sonora e bestial (Cf. SALAZAR; PIOVEZANI, 2016). Assim, a força da fala de Lula é minada e perde ao menos uma boa parte do poder, tal como já tende a ocorrer mesmo com as discretas propostas progressistas de alguma transformação social formuladas no que se poderia considerar como o registro de linguagem formal, o estilo elegante e na mais perfeita “correção” gramatical. Se tais proposições com esse

belo invólucro já são alvejadas pela retórica reacionária (Cf. ANGENOT, 2005, p. 101-104), tanto mais o serão aquelas que estiverem marcadas pelos traços indexados ao povo pobre e que, com essa aparência, pretendem algum real poder transformador e algum alcance fora do folclore e do espetáculo. Vários séculos e um oceano não são suficientes para arrefecer as ofensivas elitistas. Na discriminação midiática do desempenho oratório de Lula, não estamos distantes dos recursos e estratégias de depreciação da *eloquentia popularis*, tal como eram empregadas ao final da República romana. Essa deslegitimação da fala com ecos populares e mais ou menos endereçada ao povo é produzida ao menos desde Cícero pela acusação de sua falta de *urbanitas*.

Entretanto, não se pode sustentar que entre a Roma antiga e o Brasil contemporâneo, passando pelas Revoluções francesa, americana e russa e por conquistas políticas e sociais arrancadas com inúmeras e dolorosas lutas também por aqui, nada tenha se modificado. Alguns instantâneos de uma história da fala pública popular e da escuta popular da fala pública poderiam ser suficientes para demonstrar a longa duração dos estigmas da deformidade e da violência atribuídos à língua, ao corpo e à voz dessa fala que, é preciso dizê-lo, é antes dirigida ao povo do que propriamente do povo, e daqueles da impulsividade, da volubilidade e da ignorância da escuta das classes pobres e marginalizadas. A atribuição desses preconceitos conhece ainda uma grande força e um alcance de longo fôlego, que são, conforme reiteramos, suficientemente potentes para ultrapassar limites do tempo e do espaço e ainda outras fronteiras. Contudo, isso não significa que as discriminações da voz do povo e/ou de seus porta-vozes, que apresentem também eles traços populares em suas manifestações e comportamentos, e ainda da escuta das massas plebeias são exatamente idênticas em suas formas e conteúdos.

Entre as modificações produzidas no interior dos discursos sobre as práticas de fala e de escuta populares, é preciso ressaltar ao mesmo tempo a emergência de um lugar sem precedentes à voz e à recepção do povo a partir da segunda metade do século XIX e de certa tendência a dissimular os preconceitos que incidem sobre elas ou a atenuá-los, por meio de formulações mais sutis. Essa tendência geral não impede a reiteração das discriminações, desde as mais

discretas até as mais violentas, mas produz transformações importantes sobre os efeitos desencadeados por estas últimas. Se assim não fosse, a possibilidade de uma reação como esta – “A linguagem de Luiz Inácio Lula da Silva é a do povo, a que o povo entende.” (*Folha*, Painel do leitor, Aldo Lins e Silva, 15 de dezembro de 1989, p. A3) –, ainda que ela continue a ser minoritária, seria praticamente nula. Em contrapartida, as condenações da linguagem popular, em geral, e a de suas manifestações públicas, em particular, tal como ocorre com Lula (Cf. PIOVEZANI, 2015, p.324-330), continuam a ser hegemônicas.

Um dos efeitos mais nefastos dessas condenações do desempenho oratório de Lula é justamente a discriminação e a deslegitimação da voz e da escuta populares. Assim, a política e a psicologia tornam-se talvez mais do que nunca inextrincavelmente ligadas: a garantia fundamentada na certeza de um julgamento positivo de sua performance linguística produz uma fala e um sujeito seguros de si mesmos, ao passo que a timidez e a insegurança, que antecipam sanções negativas, embargos e ataques, produzem não raramente o silêncio e a ausência ou, ao menos, uma grande insuficiência das iniciativas emancipadoras e cidadãs. Ao eleger eleitos e rebaixar rebaixados, mediante discriminações e deslegitimações da expressão popular, o que se pretende condenar é a voz pela qual o povo expressa suas dores e suas queixas. Mas, muito provavelmente, com a “dupla e irremediável exclusão de viver *como* operários e falar *como* burgueses” imposta às classes trabalhadoras e populares, se queira sobretudo calar suas justas reivindicações e suas necessárias revoltas.

Referências bibliográficas

- ANGENOT, M. (2015). *O discurso social e as retóricas da incompreensão*. Organização e apresentação de Carlos Piovezani. São Carlos: EdUFSCar.
- ARISTÓTELES. (2002). *Rhétorique*. Paris: Les Belles Lettres.
- CICERO. (2002). *De l'orateur*. Paris, Les Belles Lettres.
- COURTINE, J-J.; PIOVEZANI, C. (Orgs.) (2015). *História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso*. Petrópolis: Vozes.
- COURTINE, J-J. (2015). “A voz do povo: a fala pública, a multidão e as emoções na aurora da era das massas”. In: *História da fala pública:*

uma arqueologia dos poderes do discurso. Petrópolis, Vozes, 2015, p.261-289.

DAVID, J-M. (1980). “Eloquentia popularis et conduites symboliques des orateurs à la fin de la République”. In: *Quaderni Storici*, nº12, 1980, p.171-211. Bologna: il Mulino.

DAVID, J-M. (1985). “*Eloquentia popularis et urbanitas*. Les orateurs originaires des villes italiennes à Rome à la fin de la République”. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 60, n. 1. Paris:Seuil.

DE CERTEAU, M.; JULIA, D.; REVEL, J. (1989). “A beleza do morto: o conceito de cultura popular”. In: *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989, p. 49-75.

DE CERTEAU, Michel. (2002). *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard.

FARGE, A. (2009). *Essai pour une histoire des voix au XVIIIème siècle*. Paris: Bayard.

NIETZSCHE, F. (1999). *Da retórica*. Lisboa: Vega.

ORLANDI, E. (1998). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes.

PÊCHEUX, M. (1988). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp.

PÊCHEUX, M. (1990). “Delimitações, inversões, deslocamentos”. In: *Caderno de Estudos Linguísticos*, vol. 19, Campinas.

PÊCHEUX, M. (1997). “Análise automática do discurso”. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp.

PEREIRA, M. R. (2013). “O discurso do presidente operário a trabalhadores: a função de porta-voz e seus desdobramentos”. In: *Anais do VI Seminário de Estudos em Análise do discurso* (SEAD).

Disponível em:

<http://analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/6SEAD/PAINEIS/ODiscursoDoPresidente.pdf>. Acesso em: 16 de agosto de 2015.

PIOVEZANI, C. (2015). “Falar em público na política contemporânea: a eloquência pop e popular brasileira na idade da mídia”. In: *História da fala pública*. Petrópolis: Vozes, p. 290-337.

PIOVEZANI, C. (2016). “Instantâneos de duradouros estigmas. Discursos sobre as vozes popular e feminina: da retórica antiga à mídia contemporânea”. In: CURCINO, L. et. al. (Orgs.). *(In)subordinações*

contemporâneas: consensos e resistências nos discursos. São Carlos: EdUFSCar, 73-99.

POIZAT, M. (2001). *Vox populi, vox Dei. Voix et pouvoir*. Paris: Métailié.

QUINTILIANO. (2003). *Institutions oratoires*. Paris: Les Belles Lettres.

RANCIÈRE, J. (1988). *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*. São Paulo: Companhia das Letras.

SALAZAR, P.-J.; PIOVEZANI, C. (2016). “A voz humana na era das redes sociais”. In: *Caderno de Estudos Linguísticos*, vol. 58, n. 1, Campinas.

ZOPPI-FONTANA, M. (1997). *Cidadãos modernos: discurso e representação política*. Campinas: Editora da Unicamp.

Palavras-chave: Análise de discurso, Fala pública, Mídia, Lula.

Keywords: Discourse Analysis, Public Speaking, Media, Lula.

Notas

* Este texto apresenta resultados da pesquisa “A língua, o corpo e a voz do povo: uma análise dos discursos da mídia sobre a fala pública eleitoral de Lula”, desenvolvida na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/Paris) e financiada pela FAPESP (Processo 2016/04024-0). O prosseguimento desse estudo ocorre atualmente na Unicamp, sob a supervisão da Professora Dra. Mônica Zoppi-Fontana e com o financiamento do CNPq (Processo 104634/2016-2).

¹ Sobre discriminações e deslegitimações sofridas pela oratória popular, ver ainda: Courtine e Piovezani (2015).

² Sobre a noção de porta-voz, ver: Pêcheux (1990), Zoppi-Fontana (1997) e Ramos (2013).

³ Marli Quadros Leite (2008) dedicou uma análise ao texto “Em nome da lei do pior esforço”, de Dora Kramer, igualmente publicado no *Estadão* (edição do dia 26 de janeiro de 2005), no qual a jornalista sustenta haver uma atitude populista no que seria uma opção deliberada de Lula em falar “incoretamente” e denuncia o efeito perverso decorrente dessa opção por um “companheirês que desqualifica o idioma”, uma vez que sugeriria aos menos instruídos que esse modo de expressão não somente seria válido, mas também recompensador. O texto de Kujawski que ora analisamos foi confessadamente motivado pelo de Kramer, ainda que evidentemente o tenha sido, antes, pela identificação ideológica ao mesmo discurso ao qual a jornalista se filiou e reproduziu.

⁴ Conferir, respectivamente: GIRONÈS, M. B.; BEAULIEU, M. A. P. (Dir.) *Prédication et performance: du XII^e au XVI^e siècle*. Paris, Classiques Garnier, 2013;

MILLOT, Vincent. “Les Cris de Paris, figures d’un peuple apprivoisé”. *Revue de la BNF*, Dossier “De quoi le peuple est-il le nom?”, Paris, BNF Éditions, n. 52, 2016, p. 12-25; e COURTINE, J-J. “A voz do povo: A fala pública, a multidão e as emoções na aurora da era das massas”. In: COURTINE; PIOVEZANI, *op. cit.*